



Recebido em 29/08/2021

Aceito em 04/11/2021

DOI: 10.26512/emtempos.v1i39.39557

DOSSIÊ

História e Memória: a persistência das lembranças impedidas

History and Memory:
the persistence of hindered memories

Carlos Gilberto Pereira Dias

Doutor em História pela UFRGS

orcid.org/0000-0002-7175-7292

cgpdias@hotmail.com

RESUMO: A relação entre história e memória tem provocado um dos mais instigantes debates na contemporaneidade. A literatura documental de Svetlana Aleksievitch e a autoficção de Régine Robin, embora distintas em sua forma, relacionam-se e perpassam inegavelmente por essa reflexão, especialmente quando evocam suas testemunhas de maneira sensível. As escritas de Aleksievitch e Robin são, sobretudo, um exercício de ressignificação do passado, na medida em que os rearranjos narrativos que as sociedades contam ou se contam sobre o passado têm engessado uma memória manipulada. Na contramão disso, as autoras propõem que espiemos permanentemente através dos interstícios do passado e que tenhamos consciência de que a dinâmica da história consiste efetivamente num fluxo constante.

PALAVRAS-CHAVE: História. Memória. Testemunhas.

ABSTRACT: The relationship between history and memory has provoked one of the most exciting debates in contemporary times. The documentary literature of Svetlana Aleksievitch and the self-fiction of Régine Robin, although distinct in their form, are related and undeniably pass through this reflection, especially when they evoke their witnesses in a sensitive way. The writings of Aleksievitch and Robin are, above all, an exercise in reframing the past, insofar as the narrative rearrangements that societies tell or tell about the past have cast on a manipulated memory. Opposed to this, the authors propose that we look permanently through the interstices of the past and that we are aware that the dynamics of history effectively consist of a constant flow.

KEYWORDS: History. Memory. Witnesses.

Introdução

É possível que a escritora bielorrussa Svetlana Aleksievitch¹ (1948) e a historiadora francesa Régine Robin² (1939-2021) não tenham se conhecido, no entanto, a escrita de ambas possui um interessante diálogo e, ao mesmo tempo, produz uma profunda reflexão sobre a memória e a história. Longe de procurar fazer uma análise exaustiva sobre o amplo debate em torno da complexa relação entre história e memória, proponho neste ensaio um desafio mais despretensioso. Considerando que muitos autores têm dado relevo à memória, a intenção é a de retomar algumas leituras que perpassem o tema.

Muito provavelmente as lembranças evocadas por testemunhas de um evento como a Segunda Guerra Mundial ou as Ditaduras Militares na América Latina não são tão exatas quanto pensamos. Estilhaços de lembranças compartilhadas de outras pessoas vão se acumulando e se entrelaçando às nossas. O mais importante de pontuar é que a memória não é algo estático ou um depósito inerte, portanto, parece consenso entender que não existem lembranças perfeitas, exatas e, sobretudo, “puras”, visto que se distorcem com o tempo. Se o propósito da memória é preservar o passado, é tácito afirmar que esta não é inteiramente confiável. Conclui-se que, ainda que nossas lembranças sejam fortalecidas por narrativas históricas, algumas das coisas que as estimulam também podem distorcê-las.

A memória tem cor e na guerra as cores são cinzas: a narrativa polifônica de Svetlana Aleksievitch

No dia 10 de dezembro de 2015, Svetlana Aleksievitch proferiu seu discurso na cerimônia do Prêmio Nobel em Estocolmo, na Suécia. O momento possivelmente era para a escritora bielorrussa um dos mais significativos de sua vida: naquela noite recebia o Prêmio Nobel de Literatura. Na ocasião, Aleksievitch refletiu sobre aquilo que lhe despertou o interesse pela escrita desde cedo, ou seja, a busca pela verdade:

Sempre me incomodou que a verdade não caiba em um coração, em uma cabeça, que a verdade é, de alguma forma, estilhaçada. Há muito de verdade, ela é variada e espalhada pelo mundo. Dostoiévski achava que a humanidade sabe muito, muito mais sobre si mesma do que aquilo registrado na literatura. Então o que eu faço? Eu coleciono o cotidiano de sentimentos, pensamentos e palavras. Eu coleciono a vida do meu tempo. (ALEKSIÉVITCH, 2018a, p. 25)

¹ Svetlana Aleksievitch nasceu em 1948 em Ivano-Frankivsk, Ucrânia, sendo filha de mãe ucraniana e pai bielorrusso. Depois de seu pai completar o serviço militar na Ucrânia, a família retornou para a Bielorrússia. Aleksievitch estudou jornalismo na Universidade de Minsk de 1967 a 1972 e trabalhou como professora e jornalista em jornais locais em Brest e Minsk [...] O seu trabalho oferece um vislumbre pessoal da vida de indivíduos afetados por eventos de grande escala.

² Régine Robin (1939-2021) nasceu em Paris e foi uma prolífica historiadora e romancista. Privilegiava “narrativas autoficcionais e híbridas para recompor os fragmentos de sua memória e impedir o esquecimento dos resquícios de sua herança judaica que se agregam ao percurso de uma identidade ainda em processo. Ao experimentar o cosmopolitismo da cidade de Montreal, na condição de migrante no Quebec, e sem poder conter o fascínio pelas grandes metrópoles, Régine Robin recompõe seus itinerários e suas deambulações escrevendo na fronteira do real e da ficção.

O método de Aleksiévitich é o de ouvir e buscar reconstruir a “verdade histórica”, ou melhor dizendo, uma verdade histórica. O fato é que na potência de sua narrativa revela-se o embate com a história oficial dos grandes estadistas e das guerras que não possuem rostos de mulheres e crianças. A autora, laureada com o Prêmio Nobel de Literatura, parece não se conformar com a história que tem sido encenada nos espaços de saberes e que naturalmente permeiam sua trajetória, consolidando o mito soviético da vitória que impôs sofrimento e sacrifício ao povo da extinta URSS³. Em seu longo percurso revela o fascínio que a conduz em registrar a realidade em sua escrita. Se as vozes dessas testemunhas anônimas não foram valorizadas pela versão oficial da guerra, cabe à Aleksiévitich reuni-las numa narrativa que explore seus sentimentos individuais. Nessa história do cotidiano não há lugar para os ‘grandes homens estadistas’ referidos exaustivamente na historiografia tradicional. A memória olfativa e as cores esmaecidas e retidas nos corpos de ditas testemunhas convenceram a autora desde sempre de que nada poderia ser esquecido e, mesmo sabendo o quão terrível é lembrar, pareceu-lhe que esquecer essas feridas poderia ser ainda mais assombroso.

A escrita de Aleksiévitich ainda ressoa controversa nos países que formavam a antiga URSS, visto que essas memórias desmistificam a “história oficial”, entretanto, é dessa maneira que a autora se conecta com o passado, denunciando os horrores da guerra. Sua narrativa é feita de tempo, memória e ressentimentos. Para recriar a atmosfera de outrora, Aleksiévitich fica imersa durante um longo período no modo auditivo, colhendo relatos de pessoas comuns, onde o processo de escrita surge espontaneamente. Repentinamente é como se espiássemos a História através de uma fresta e reencontrássemos nessas vozes um mundo devastado pelo sofrimento incessante. Ao refletir sobre a trajetória marcada pela barbárie e violência das testemunhas, a escritora questiona-se: “qual é o sentido dos sofrimentos que temos suportado? Por que, no nosso caso, os sofrimentos não se transformam em liberdade?” (ALEKSIÉVITCH, 2018a, p. 14).

A obra *As Últimas Testemunhas*, de Svetlana Aleksiévitich, foi publicada na Rússia em 1985, no entanto, no Brasil surgiu apenas em 2018 na esteira do cobiçado prêmio literário que a autora recebeu em 2015. O livro traz relatos de adultos que, quando crianças, experimentaram os horrores da guerra e da morte de seus familiares e amigos: “Vi como tiravam crianças dos braços da mãe a golpes de baioneta e jogavam no fogo, no poço... Mas não chegou a minha vez e a de minha mãe” (ALEKSIÉVITCH, 2018b, p. 230).

A estrutura da obra não-ficcional reúne os relatos que são acompanhados de informações básicas tais como seus nomes, idade que tinham quando vivenciaram o que está sendo relatado – entre 1939 e 1945 – e as profissões atuais. Aleksiévitich recolheu centenas de depoimentos de pessoas comuns, utilizando-se de um método que consiste basicamente em escutar as pessoas ao invés de entrevistá-las. A potência de sua narrativa pode ser observada no retorno doloroso ao passado: “Fico sem voz quando conto isso... minha voz morre...” (ALEKSIÉVITCH, 2018b, p. 252). Seu relato

³ A URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) foi um conjunto de vinte e dois países que permaneceram interdependentes entre 1922 e 1991.

consiste, portanto, em tirar o leitor de sua comodidade e costurar histórias dentro da história. O laboratório da autora é a rua, é a busca incansável de vozes de pessoas comuns que testemunharam um passado que, quando narrado, se torna feridas compartilhadas.

Analisando a dimensão de sua escrita, Aleksiévitich acredita que dificilmente era dado espaço ao papel do indivíduo anônimo na História. Considerava-se que os relatos pessoais não contribuiriam para o conhecimento do passado pois são subjetivos, muitas vezes distorcidos e dificilmente representativos de uma época ou de um grupo. Nesse sentido, é possível verificar que um dos aspectos que torna sua narrativa tão intensa é a escolha de reproduzir a linguagem oral na ação de sua escrita ou aquilo que chamamos de “literatura documental”, assim como *O Arquipélago Gulag* de Alexander Soljenítsin (1973). Embora os entrevistados sejam adultos, suas lembranças trazem uma perspectiva infantil: “Me arrastaram para algum outro lugar... E eu vi como primeiro atiravam nas crianças. Atiravam e ficavam olhando os pais sofrerem. Fuzilaram minhas duas irmãs e meus dois irmãos” (ALEKSIÉVITCH, 2018b, p. 288).

Tais histórias repetidas vão sobrepondo-se, o que vai dando para o leitor uma dimensão da história coletiva e de pertencimento uns dos outros. Por outro lado, a narrativa que emerge dessas testemunhas está aparentemente desvinculada de uma filiação partidária, naturalmente por serem crianças, mesmo que no interstício dos relatos uma informação importante escape: no conjunto, a grande maioria das “últimas testemunhas” eram filhos de *partisans*. Na ausência de um conteúdo politizado que caracterize as centenas de relatos coletados pela autora, a busca pela verdade histórica sustenta-se num relato fragmentado e descontínuo, mas que parece revelar seu objetivo mais veemente: a repetição dessas vozes reforça que elas possuem algo em comum, afinal “[somos] as últimas testemunhas. Devemos falar [pois nossas] palavras serão as últimas” (ALEKSIÉVITCH, 2018b, p. 314).

A escrita não-ficcional vai ganhando contornos de colagem na composição de fraturas expostas e lembranças doloridas que se reelaboram. É um tempo estremecido que relaciona um horizonte mais amplo da Segunda Guerra Mundial com as dores individuais e angustiantes das testemunhas como, por exemplo, no relato que remete a um dos episódios mais dramáticos da guerra: o cerco nazista a Leningrado, atual São Petersburgo⁴:

As pessoas se deslocavam pela cidade lentamente, como sombras. Como num sonho... um sonho profundo [...], você via aquilo, mas achava que estava sonhando. Aqueles movimentos lentos, flutuantes, como se a pessoa não estivesse andando pela terra, mas pela água (ALEKSIÉVITCH, 2018b, p. 286).

⁴ O cerco militar alemão à cidade de Leningrado foi uma das ações das tropas nazistas durante a II Guerra Mundial, tendo durado de 08 de setembro de 1941 a 27 de janeiro de 1944, resultando na morte de um milhão e meio de pessoas, em sua grande maioria civis. Leningrado foi gradativamente sendo isolada e impedida de receber mantimentos e fornecimento de energia. É importante lembrar que a resistência do governo Stalinista à invasão alemã fez com que a URSS sacrificasse quase um décimo de sua população (RÉMOND, 1993, p. 128). Desde então, o patriotismo foi a base da vitória deste país: “[a] II Guerra Mundial se tornou oficialmente conhecida na URSS como ‘a Grande Guerra Patriótica’” (HOBSBAWM, 1995, p. 171).

O fragmento acima é a metáfora de uma violência silenciosa imposta à população de uma cidade que lentamente pereceu de fome, frio e doenças. A lembrança de um sobrevivente trazida à tona por Aleksiévitich contrasta com as histórias de heroísmo e batalhas triunfantes que costumamos ler em relatos oficiais:

Em 26 de janeiro de 1945, por ordem de Stalin, Leningrado foi agraciada com a mais alta honraria do país, a Ordem de Lenin, em virtude das notáveis realizações dos trabalhadores da cidade para com a Pátria, pela coragem, heroísmo, disciplina e firmeza demonstrados na luta contra os invasores fascistas (VOLKOV, 1997, p. 445).

Corroborando com a lembrança sombria narrada por Aleksiévitich, a poetisa russa Anna Akhmatova registrou sua angústia com a devastação da cidade e as imensas perdas humanas quando retornou a Leningrado no verão de 1944: “Minha impressão foi horrível, monstruosa [...] dois milhões de sombras dos que morreram de fome pairando sobre nós” (AKHMATOVA apud VOLKOV, 1997, p. 447).

No tempo-espço dessas fraturas, Aleksiévitich recolhe os fragmentos sem a preocupação de dar um sentido linear. Sua escrita se compõe de um mosaico de lembranças sobrepostas num emaranhado de imagens de cor sépia. Fica-se com a certeza de que as testemunhas vivem assombradas pelas cicatrizes da guerra, afinal para elas “a guerra não terminou logo... dizem que durou mais quatro anos. Por quatro anos atiraram, mas para esquecer, quanto tempo leva?” (ALEKSIÉVITCH, 2018b, p. 272).

Instigadas pela mediação da autora, que aciona essas cicatrizes com resultados difusos, poderíamos nos perguntar: se essas testemunhas não tivessem sido alçadas ao protagonismo do livro de Aleksiévitich, estariam condenadas ao esquecimento da história? Parece que sim, pois a saturação da memória de alguns grupos se alimenta do esquecimento ou da memória suspensa de outros.

Como se o passado nevasse sobre nós: a memória ressignificada na autoficção de Régine Robin

No final da década de 1990, a historiadora Régine Robin foi convidada a participar de um programa de televisão em Paris, no qual falou sobre o “fracasso” da geração de seu pai diante das revelações do XX Congresso do Partido Comunista da URSS. Quando o programa encerrou, o apresentador agradeceu-lhe e elogiou sua coragem por ter falado do passado bolchevique de seu progenitor durante os anos 1920. Ao refletir posteriormente sobre essas palavras, Robin observou que a trajetória de seu pai havia se tornado motivo de desonra. O mundo havia mudado. Seria necessário abandonar o passado “vergonhoso”? Como essas pessoas – adeptos dos desdobramentos da Revolução Russa – reelaboraram suas vidas? Toda aquela luta teria sido por nada? Será que estavam enganados?

O incômodo experimentado por Robin fez com que a mesma percebesse que os ideais de luta que conduziram a geração de seu pai haviam se transformado numa atmosfera infame. O passado glorioso de seus entes familiares não poderia mais ser garantido no presente:

Eu tive muita dificuldade para encontrar as palavras necessárias [...] não, ele não tinha lutado por nada; mas como lhe garantir, e como transmitir às gerações futuras, a dimensão de seu militante obscuro? Porque esses militantes [...] não merecem desaparecer de nossas memórias. Eles se dedicaram de corpo e alma à causa dos desafortunados, dos ‘condenados da terra’, dos operários explorados e miseráveis, dos desempregados atingidos pelas crises econômicas e sociais, particularmente a de 1929 (ROBIN, 2018, p. 16).

É importante entender que para aqueles que sobreviveram aos desdobramentos da revolução bolchevique, oriundos de uma militância que alavancou o socialismo no século XX, assistir incrédulos à queda do Muro de Berlim e dos regimes socialistas no leste europeu teve um significado pessoal de quem reelabora sua trajetória. É possível significar um rastro de desesperança e vergonha, especialmente quando esses militantes assistiram, na década de 1950, à subversão de seus ideais com a denúncia dos crimes de Stalin pelo sucessor Nikita Krushev. Esse foi o primeiro grande ataque ao mito soviético e o início de um longo processo de desmoronamento da URSS, o qual culminaria nas reformas de Gorbachev na década de 1980.

Na esteira dessa constatação, Robin reflete sobre o horizonte que possivelmente tenha sido definitivo nas suas escolhas e que estão impregnadas na sua percepção de mundo:

[...] eu sou de uma geração que viveu a Segunda Guerra Mundial. Certamente essas lembranças são descontínuas, fragmentadas, fluídas e é difícil saber se algumas dentre elas constituem fatos vividos ou contados [...] na verdade, salvo exceção eu não escrevo sobre a guerra, mas com a guerra (ROBIN, 2016, p. 18-19).

A consciência histórica de Robin a conduz por um labirinto de “imagens de cor sépia, cenas tristes de chorar, marcadas pela estranheza da relação entre o presente e o passado, tão distantes e tão próximas ao mesmo tempo” (ROBIN, 2016, p. 13). Essa textura parece estar impregnada na trajetória de historiadores de uma maneira geral e perceber o descompasso que separa nossas vidas do ofício da profissão nem sempre é uma tarefa fácil ou, talvez, este seja o substrato que nos instiga. Nesse sentido, nos parece muito apropriada a definição de Robin sobre sua obra como uma autoficção:

Na minha escritura de ficção recorro à colagem, à montagem, à composição, a tudo o que pode dar indícios de tempos esquivos que vivemos, a tudo o que permite estremecer as temporalidades. Eu falo de um passado dessignificado, de uma história que perdeu o senso e não pode dizer mais nada (ROBIN, 2016, p. 19).

A museificação do passado parece ser o limiar mais cômodo e recorrente no esforço dos historiadores em revisita-lo. Entretanto, na análise de Robin, reside um “dever ético” essencial em nosso percurso, especialmente quando lidamos na contemporaneidade com o excesso de memória:

Saturação, ainda, por causa dos fantasmas do ‘tudo guardar’ que acompanham nossa imersão no mundo do virtual. Congelamento geral, patrimonialização de tudo, de si mesmo, de seu corpo, de seus órgãos, de seus objetos. Paixão pelo arquivamento e pela conservação. Estocamos, queremos tudo sedimentar (ROBIN, 2016, p. 22).

Se por um lado encontramos a memória saturada, sacralizada e banalizada em torno da repetição de eventos como o Holocausto e no constante “heroísmo” ressignificado da Guerra de Secessão e da vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, por outro o esquecimento parece encobrir as vítimas anônimas do Cerco de Leningrado, da bomba atômica em Hiroshima e Nagasaki e do genocídio dos povos ameríndios:

Eu fico confuso com o espetáculo inquietante que transmite aqui o excesso de memória e o excesso do esquecimento em outros lugares para não dizer nada da influência das comemorações e dos abusos da memória e do esquecimento (RICOEUR apud ROBIN, p. 32-33).

O descompasso entre a lembrança e o esquecimento não é uma mera coincidência, mas uma relação que deve ser problematizada permanentemente pelos historiadores: “O passado não é livre. Nenhuma sociedade o deixa à mercê da própria sorte. Ele é regido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado” (ROBIN, 2016, p. 31).

Robin não acredita numa reconciliação total com o passado e tampouco defende a noção de memória justa marcada pela repetição e museificação de certos eventos que são alçados ao espetáculo em detrimento do esquecimento de outros. Um museu não deveria ser unicamente um espaço de lazer, mas de um incômodo ético capaz de provocar desconforto e transformação. Museus que ilustrassem a terrível memória da escravidão ou do genocídio na América deveriam estar espalhados pelo continente americano, mas o negacionismo das sociedades modernas impõe um esquecimento que torna nosso reencontro com o passado uma presença da ausência.

Uma das críticas mais contundentes de Robin aos historiadores diz respeito ao estatuto da repetição na história, um fenômeno que “dá ao passado das sociedades um ar estranho de déjà vu” (ROBIN, 2016, p. 40). Em outras palavras, a historiadora argumenta que recorrentemente tem-se a impressão de estarmos presos num imenso intertexto memorial de acontecimentos: “repetição de cenas, resultados, repetição das derrotas dos oprimidos, dos humilhados e dos ultrajados, repetição de dominações” (ROBIN, 2016, p. 41). A advertência de Robin ganha consistência, sobretudo, quando observamos nas narrativas historiográficas, *a grosso modo*, a concepção do presente como um tempo homogêneo, ignorando as diferentes temporalidades e a heterogeneidade da dialética entre presente e passado.

Ao se apropriar de uma formulação de Paul Ricoeur em que o filósofo francês distingue a memória manipulada da memória impedida, Robin nos oferece uma de suas melhores reflexões ao expandir sua lúcida análise sobre a memória saturada. A autora nos diz:

Esquecemos, recalamos, mantemos longe, ou, no mais profundo, o que incomoda; preenchemos os baús da história de cadáveres, esperando abri-los e reencontrá-los sem reconhecê-los. Em resumo, há apenas encontros perdidos com a história (ROBIN, 2016, p. 38).

Os rearranjos narrativos que as sociedades contam ou se contam sobre o passado têm engessado uma memória manipulada: “A **verdade** não tem sido medida, ela foi fabricada. Sendo generosos podemos dizer que a **verdade** foi negociada”

(ROBIN, 2016, p. 39, grifo nosso). Embora o argumento de Robin nos pareça pouco otimista, considerando a memória manipulada como um instrumento de dominação que desloca as memórias não oficiais para um ambiente de controle absoluto, a memória impedida, acompanhada de seus esquecimentos inconscientes, permanece como um espectro que vaga na superfície, uma imagem persistente que resiste à memória artificial, construída pela propaganda de Estados totalitários e objeto permanente da vigilância, de saturação. O “excesso de memória seria da ordem da compulsão, da repetição, interditando toda a reconciliação com o passado e toda distância crítica” (ROBIN, 2016, p. 37).

A escrita não linear e autoficcional de Régine Robin, na obra *A Memória Saturada*, possivelmente provoca uma inquietante experiência sensorial de autorreflexão na percepção de historiadores, uma vez que a autora transita numa espiral de diferentes tempos narrativos. Como ela mesma argumenta: os “discursos sobre a memória produzem uma imensa cacofonia, cheia de barulho [...] de clamores, de polêmicas e de controvérsias” (ROBIN, 2016, p. 20). Através de inúmeros exemplos, Robin analisa profundamente os perigos da memória saturada, associada muitas vezes a determinados discursos que se cristalizam no “dever da memória” que estão sempre reverberando numa museificação do passado, alicerçado nas comemorações ritualizadas pelos estados nacionais.

História e Memória: um diálogo de ressignificações entre Svetlana Aleksievitch e Régine Robin

Na transição do século XIX para o XX, o filósofo francês Henri Bergson produziu amplamente ensaios pioneiros sobre a memória e temas relacionados à consciência e intuição. Suas ideias estão marcadas pelo profícuo debate daquele contexto que inclui nomes tão díspares e respeitáveis como Friedrich Nietzsche, Albert Einstein e Marcel Proust. Bergson dizia que quando tentamos recuperar uma lembrança a verdade é que:

[...] jamais atingiremos o passado se não nos colocarmos nele de saída. Essencialmente virtual, o passado não pode ser apreendido por nós como passado a menos que sigamos e adotemos o movimento pelo qual ele se manifesta em imagem presente (BERGSON, 1999, p. 158).

Para o filósofo francês as representações do presente estão impregnadas de lembranças, algo que poeticamente encontramos numa passagem célebre de Marcel Proust em seu livro *No Caminho de Swann*, publicado em 1913. Proust evoca lembranças e sensações que transformam constantemente a relação presente-passado do sujeito narrador:

[...] mas no mesmo instante em que aquele gole envolvido com as migalhas do bolo tocou o meu paladar estremeci, atento ao que se passava de extraordinário em mim [...] de súbito a lembrança me apareceu. Aquele gosto era o do pedacinho de madeleine que minha tia Léonie me dava aos domingos pela manhã em Combray... (PROUST, 2006, p. 43-44).

A memória involuntária – *déjà vu* –, que foi o foco da atenção da análise de Bergson ou do extenso projeto narrativo de Proust, será revisitada na década de 1920 por Maurice Halbwachs, o qual condiciona a memória do indivíduo aos *quadros sociais da memória*. Em outras palavras ele afirma que, ainda que evoquemos lembranças individuais para reconstituir um evento, é também na lembrança do outro que a minha se constitui.

Analisando elementos de aproximação e distanciamento entre Bergson e Halbwachs, Ecléa Bosi observou que em Bergson “o método introspectivo conduz a uma reflexão sobre a memória em si mesma, como subjetividade livre [...] sem que lhe parecesse pertinente fazer intervir quadros condicionantes de teor social” (BOSI, 1994, p. 54). Para Halbwachs, por outro lado, a interdependência entre a memória individual e a memória do outro é fundamental, ou seja, se lembramos é porque somos provocados pelos outros numa situação presente⁵.

Corroborando com esta premissa, Fernando Catroga menciona algo que pode ser ainda mais elucidativo:

Na experiência vivida, a memória individual é formada pela coexistência, tensional e nem sempre pacífica, de várias memórias (pessoais, familiares, grupais, regionais, nacionais, etc.) em permanente construção devido à incessante mudança do presente em passado (CATROGA, 2015, p. 11).

A construção da narrativa documental de Aleksiévitich ou da autoficção de Robin remete ao exercício (in)voluntário pelo qual somos instigados ao longo da vida e que se insere na reflexão de Halbwachs ou até mesmo na ilustração literária de Johann von Goethe: “Quando queremos lembrar o que aconteceu nos primeiros tempos da infância, confundimos muitas vezes o que se ouviu dizer aos outros com as próprias lembranças” (GOETHE apud BOSI, 1994, p. 59).

No final da década de 1980, Michael Pollak retomou a obra de Halbwachs e observou que para o sociólogo francês a memória coletiva não estava estruturada na coerção ou imposição, mas numa coesão social ordenada a partir da adesão afetiva ao grupo. A negociação seria o aspecto chave para conciliar as memórias individuais à memória coletiva e vice-versa.

Embora a memória oficial (nacional) frequentemente se apresente de maneira hegemônica, a verdade é que essa base comum que chamamos de memória coletiva/memória nacional é um espaço cheio de porosidade e nessa teia complexa subsistem as memórias subterrâneas. Resistindo ao caráter uniformizador e opressor da memória oficial, as lembranças subterrâneas operam numa permanente disputa de memória. Explorando um pouco mais a extensão do debate sobre as memórias

⁵ Na relação entre memória individual e memória social, alguns autores destacam a diferença entre a memória coletiva e a memória social. Ana Maria Mauad (2008) entende a memória coletiva como um somatório de memórias individuais; no caso da memória social, leva-se em consideração o lugar onde a memória é gerada. Há aqui uma relação dialética (lembrança-esquecimento-lembrança) que retoma uma dimensão fundamental: quando eu esqueço, eu sou lembrado pelo outro e assim sucessivamente. É pertinente reiterar ainda que ao citar Halbwachs, Michael Pollak observa que na análise do sociólogo francês a memória coletiva utiliza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória.

subterrâneas, é válido retomar a tipologia elaborada por Pollak⁶ com a intenção de se apropriar da ilustração do sociólogo franco-austriaco e refletir sobre a narrativa de Aleksiévitich e Robin.

As lembranças proibidas perpassam veladamente quase todas as testemunhas evocadas na narrativa documental de Aleksiévitich: “Somos as últimas testemunhas. Nosso tempo está acabando. Devemos falar... Nossas palavras serão as últimas” (ALEKSIÉVITCH, 2018, p. 314). O desejo de revisitar lembranças proibidas num contexto de (auto)censura expõe o quanto a base comum da memória oficial é porosa:

[...] existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, não-ditos. As fronteiras desses silêncios e não-ditos como esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento (POLLAK, 1989, p. 8).

Inspirado em outra obra de Aleksiévitich – *A guerra não tem rosto de mulher* –, publicado originalmente em 1985, o filme russo *Uma Mulher Alta*, de Kantemir Balagov (2019), apresenta relatos íntimos de cidadãs soviéticas que sobreviveram à Segunda Guerra Mundial, marcadas emocionalmente pelos horrores do acontecimento. As duas protagonistas do filme procuram reconstruir suas vidas num ambiente sombrio imediatamente posterior ao fim da guerra em 1946. As lembranças indizíveis das personagens numa desconhecida “guerra feminina” (definição de Aleksiévitich), em que os heróis são quase sempre figuras masculinas, emergem entrecortadas pelo sofrimento que as conduz num ambiente opaco: “eu estou vazia por dentro”. A verdade é que o Dia da Vitória (memória oficial), comemorado desde então na Rússia, não apaga todas as sequelas. A guerra deixa feridas que jamais cicatrizarão, onde poderíamos nos perguntar: será que o tempo irá curar tais cicatrizes?

As lembranças vergonhosas impõem sobre as testemunhas um duplo trauma, pois além de cicatrizes vivenciadas precisam suportar um estigma político-social que lhes acompanhará por toda vida. É o que Régine Robin se questiona ao reviver o sentimento de humilhação que seus parentes mais próximos experimentam por seu envolvimento com o socialismo:

Então, hoje, na virada do milênio e do século, é preciso demonstrar coragem para falar de seu pai bolchevique nos anos 1920! Uma doença vergonhosa, em suma, tão pouco gloriosa quanto os antecedentes nazistas! [afinal] eles se dedicaram de corpo e alma à causa dos desafortunados (ROBIN, 2016, p. 15-16).

O fato é que muitas pessoas foram jogadas ao fundo do calabouço no auge da vida por regimes tirânicos e autoritários. Robin está convencida que esses “homens de ferro” viveram com suas ideologias. Hoje, no entanto, os tempos são outros e viver com ideologia na contemporaneidade exige de seus militantes uma profunda consciência histórica.

⁶ Michael Pollak propõe a seguinte tipologia: 1) Lembranças Proibidas (caso dos crimes estalinistas); 2) Lembranças Indizíveis (caso dos deportados); 3) Lembranças Vergonhosas (o caso dos recrutados à força).

A estrutura da memória oficial pode ser metaforicamente associada àquilo que Pollak chamou de *enquadramento da memória*, ou seja, a formatação coletiva das memórias que devem ser lembradas notadamente através da valorização de datas cívicas e determinados personagens da história. A expressão *enquadramento da memória* também pode servir de analogia à noção de memória manipulada esboçada por Ricoeur e retomada por Robin⁷, no entanto, todo o trabalho tem seus limites e é aqui que emergem as memórias subterrâneas que desafiam o engessamento das memórias nacionais ou da memória manipulada.

A lembrança emana do esquecimento, sendo, acima de tudo, a sobrevivência do passado. Parece consenso observar que historicamente as sociedades selecionam aquilo que acreditam ser necessário reter do passado para lembrar no futuro e, assim, o passado reconduzido ao presente torna-se frequentemente uma garantia que se alimenta espontaneamente da dialética entre lembrança e esquecimento.

Considerações Finais

A tarefa do historiador consiste num ímpeto constante de desconstruir os mitos e (re)interpretar a História. Interrogar a memória cristalizada ou, em contramão a isso, a memória que emerge fraturada e dolorida é uma construção narrativa no presente que proporcionou a Aleksiévitich e Robin ressignificar o passado e refletir sobre a dinâmica da história. O passado restaurado na autoficção de Robin ou na literatura documental de Aleksiévitich redimensiona o status dos arquivos oficiais com seus documentos empilhados e catalogados. O passado não é um tempo incólume guardado num baú de memórias. A relação presente-passado é fluída e quando ouvimos atentamente as vozes estilhaçadas dos sobreviventes percebemos um passado estendido paralelamente à 'história oficial dos arquivos'. O caminho escolhido pelas autoras foi o da exposição dos traumas das testemunhas, de memórias subterrâneas.

Portanto, é necessário salvar a memória do esquecimento e, para isso, é fundamental que espiemos pelos interstícios do passado, dialogando incansavelmente com o maior leque possível de fontes históricas. Os arquivos proibidos da história confiscada não são apenas os que estão deliberadamente interditados, mas também aqueles que permanecem encobertos pela nossa percepção:

Esse desaparecimento, essa imersão dos anônimos no nada é o destino comum da humanidade. Somente a curiosidade de um historiador ou de um romancista pode dar vida novamente aos desconhecidos, anônimos e esquecidos (ROBIN, 2016, p. 96).

⁷ A construção da memória coletiva e, por vezes, oficial, pode se utilizar dos *flashbulbs memories* (eventos de alta intensidade emocional que geram consequências importantes) ancorados no papel midiático de produção e fortalecimento de uma lembrança que possui um significado elevadíssimo no imaginário coletivo como, por exemplo, os ataques de 11 de setembro de 2001.

Ao ser interrogada sobre como definiria sua escrita, Aleksiévitich diz: “Eu sou uma pessoa-ouvido [...] e escolhi o gênero das vozes das pessoas” (ALEKSIÉVITCH, 2018a, p. 15).

Revisitar as narrativas de Svetlana Aleksiévitich e de Régine Robin é perceber um delicado traço relacional. Quando Robin afirma, por exemplo: “na verdade, salvo exceção, eu não escrevo sobre a guerra, mas com a guerra” (Robin, 2016, p. 19), percebemos nas suas palavras um eco que ressoa na narrativa cheia de estilhaços das testemunhas de Aleksiévitich. A escrita autoficcional de Robin e a literatura documental de Aleksiévitich reverberam.

Referências

- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *Entrevista*. Tradução: Natalia Quintero e Elena Vasilevich. São Paulo: Companhia das Letras, 2018a.
- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *As Últimas Testemunhas: crianças na Segunda Guerra Mundial*. Tradução: Cecília Rosas. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018b.
- BERGSON, Henri. *Matéria e Memória: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. 2. ed. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. 11. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
- DUARTE, Kelley Baptista. *A escrita autoficcional de Régine Robin: mobilidades e desvios no registro da memória*. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução: Beatriz Sidou. 1 ed. 3. reimp. São Paulo: Centauro, 2008.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991*. 2. ed. 5. reimp. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MAUAD, Ana Maria. *Entrevista ao Programa Salto para o Futuro*. 26 out 2008. Disponível em: <<http://entrevistasbrasil.blogspot.com/2008/10/ana-maria-mauad.html>>. Acesso em: 10 jun 2010.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Tradução: Dora Rocha Flaksman. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, 1989. p. 03-15.
- PROUST, Marcel. *No Caminho de Swann*. Tradução: Mario Quintana. 3 ed. rev. São Paulo: Globo, 2006.
- RÈMOND, René. *O Século XX: de 1914 aos nossos dias*. Tradução: Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1993.
- ROBIN, Régine. *A Memória Saturada*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016. Tradução: Cristiane Dias e Greciely Costa.

SEGAL, Corinne. *Svetlana Alexievich, investigative journalist from Belarus, wins Nobel Prize in Literature*. Disponível em: <<https://www.pbs.org/newshour/arts/svetlana-alexievich-investigative-journalist-belarus-wins-nobel-prize-literature>>. Acesso em: 18 ago 2020.

UMA mulher alta. Direção: Kantemir Balagov. Rússia: Non-Stop Production, 2019. (139 minutos).

VOLKOV, Solomon. *São Petersburgo: Uma História Cultural*. Tradução: Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: Record, 1997.